

EDITAL N.2/2016 DE SELEÇÃO DE PROJETOS VIA FUMCAD
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS RELATIVOS À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUMCAD.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba – CMDCA, criado pela Lei nº. 2.626/91, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei 8.069/90,

Conforme deliberação na 8ª Reunião Ordinária deste CMDCA, realizada em 10 de maio de 2016,

Conforme dispõe a Resolução n.137/CONANDA,

Estabelece procedimento e torna público o Edital de Chamada Pública para seleção de projetos que poderão ser financiados com recursos subsidiados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente da Cidade de Pindamonhangaba e que sejam inovadores e/ou complementares das atuais políticas.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

Art. 1. Constitui objeto do presente Edital a análise e seleção de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD de Pindamonhangaba.

Art. 2º. Para os fins deste edital, entende-se por projeto o conjunto de ações que abrangam programas de promoção, proteção e de defesa de direitos, bem como programas para cumprimento de medidas socioeducativas a serem desenvolvidas em determinado período de tempo, com recursos captados por meio do FUMCAD e ofertados pela iniciativa privada, tendo como beneficiários segmentos de crianças e adolescentes, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e que poderão, ao final de sua execução, ser incorporadas à rede pública de serviços regulares, conforme avaliação de seus resultados pelo CMDCA.

CAPÍTULO II - DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 3. Os projetos submetidos à presente seleção deverão indicar entre os eixos abaixo discriminados, aquele de atuação principal.

A - Assistência Social

A – Serviços de Proteção Social Especial:

a) Serviços de atendimento a adolescentes egressos das medidas de internação e semiliberdade, e que cumpram medidas socioeducativas em meio aberto, excepcionalmente até 21 anos;

b) Programas de orientação e apoio à adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

c) Atendimento multidisciplinar às crianças e adolescentes que se encontram, provisoriamente, em medida de acolhimento institucional e familiar;

d) Capacitação dos atores e profissionais com atuação no acolhimento institucional e familiar;

e) Projetos que tenham como objetivo: auxílio, apoio e orientação à família, à criança e ao adolescente (atendimento psicossocial e/ou jurídico) e ações que estimulem e provoquem o desacolhimento e propiciem os encaminhamentos necessários para garantir o direito à convivência familiar natural, ampliada ou substituída e comunitária.

B - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas ações:

a) Fóruns e Seminários para fortalecimento e capacitação dos atores da Rede de defesa da criança e do adolescente – SGDCA - sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;

b) Projetos de pesquisa, estudos, elaboração de diagnósticos e monitoramento das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes.

II - Saúde

Projetos voltados a prevenção e combate, atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou exploração e abuso sexual; Projetos voltados para a prevenção, o atendimento, o acompanhamento e/ou o tratamento ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, cujo o público alvo seja a criança e/ou adolescente.

III - Educação e Cultura

Projetos que desenvolvam as diferentes linguagens no campo das artes: música, dança, teatro, literatura e artes visuais; Projetos de formação de leitores.

IV – Esporte e Lazer:

a) Projetos de lazer por meio de atividades lúdico-recreativas visando os atendimentos a crianças, adolescentes e suas famílias com foco no fortalecimento dos vínculos inter-geracionais da convivência familiar e comunitária;

b) Projetos de atividades físico-esportivo-recreativas que visem à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência.

V - Trabalho

a) Projetos voltados à formação e/ou qualificação profissional do adolescente e de apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda;

b) Projetos com base na lei do Aprendiz nº 10.097/00, que permitam a formação técnica profissional e metódica de jovens entre 14 e 17 anos e 11 meses, dentro dos princípios da proteção integral do adolescente garantido pela legislação brasileira.

Parágrafo Primeiro: Os proponentes devem atentar-se para não abrirem serviços que ultrapassem o tempo de convênio.

Parágrafo Segundo: A análise, a aprovação dos projetos apresentados, bem como a deliberação dos valores a serem repassados devem atender as prioridades estipuladas pelo CMDCA, especialmente a Capacitação da Rede de Atendimento e projetos voltados ao tratamento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Parágrafo Terceiro: Quando da deliberação dos recursos do FUMCAD aos projetos apresentados, o CMDCA deverá atentar-se para o quanto disposto na resolução SEDS nº. 23 de 30/11/2015 da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, bem como do artigo 31 da Lei Federal 12.594/2012, que prevê o cofinanciamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) por recursos provenientes do FUMCAD em porcentagem a ser definida pelo CMDCA.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE

Art. 4. Para avaliação dos projetos apresentados pelas organizações governamentais e não governamentais, a comissão de análise observará os seguintes critérios:

I – Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às Resoluções do CONANDA, do CMDCA/Pindamonhangaba e aos Planos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – Capacidade técnica e administrativa da organização para executar o projeto, devendo o proponente apresentar a relação dos recursos humanos que atuarão diretamente no desenvolvimento do projeto em questão;

III – Quadro de recursos humanos compatíveis com a proposta, observando-se a função do mesmo no projeto;

IV – Compatibilidade entre a proposta apresentada, a natureza e os padrões específicos que compõem o tipo do projeto a ser conveniado.

V – Projetos voltados ao atingimento das prioridades conforme parágrafo segundo do artigo terceiro;

Parágrafo Primeiro: Os Projetos apresentados devem ser inovadores e/ou complementares à política pública existente na cidade de Pindamonhangaba, **sendo vedados financiamentos de projetos cuja política já é uma ação continuada.**

Parágrafo Segundo: Os projetos que compreenderem despesas com RH devem obrigatoriamente seguir como referência a tabela de cargos e salários da prefeitura de Pindamonhangaba, sendo vedado o pagamento superior ao praticado pela prefeitura. Em casos de jornada superior ou inferior ao praticado pela prefeitura, o cálculo do salário deve ser proporcional à carga horária/salário disposto na referida tabela.

CAPÍTULO IV - DA QUANTIDADE DE PROJETOS

Art. 5. As organizações governamentais e não governamentais sem fins lucrativos poderão apresentar até **02 (dois)** projetos no presente edital.

CAPÍTULO V - DO REGISTRO

Art. 6. Na elaboração dos Planos de Trabalho deverão ser rigorosamente observadas as orientações contidas na Resolução CMDCA nº. 15 de 10 de abril de 2012.

Art. 7. O prazo de execução dos projetos será de até 1 (um) ano, renovável por mais um ano, mediante deliberação do CMDCA.

Art.8. A proposta de projeto somente será considerada aprovada se o proponente e/ou o programa e/ou o projeto estiver devidamente registrado no CMDCA/ Pindamonhangaba.

Parágrafo Primeiro: No caso dos registros em análise para renovação e/ou registro novo deverá o proponente apresentar protocolo de entrada no CMDCA com data anterior a publicação do presente edital.

Parágrafo Segundo: Será anulada a aprovação do Projeto cuja proponente tiver indeferida a renovação do Registro no CMDCA/Pindamonhangaba ou tenha protocolado solicitação de registro e/ou renovação após a publicação deste Edital.

Parágrafo Terceiro: A aprovação do Projeto poderá ser anulada se a Entidade apresentar pendências que não forem resolvidas até 60 (sessenta) dias após a deliberação dos recursos.

CAPÍTULO VI - DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 9. As organizações deverão protocolar as suas Propostas de Trabalho na sede do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à Travessa Rui Barbosa, 37, Centro, **respeitando o horário das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas, no período de 13 a 30 de maio de 2016.**

Parágrafo Primeiro – A Proposta deverá ser acompanhada de:

I – Apresentação de cópia simples de registro no CMDCA ou protocolo original de novo pedido e/ou pedido de renovação.

II – Descrição Técnica do Projeto (vide inciso II do artigo 13 deste Edital)

III – Planilha de Custos com memória de cálculo (vide item 13 do artigo 13 deste Edital)

Art.10. Os projetos serão avaliados pela Comissão de Análise de Projetos do CMDCA/Pindamonhangaba, que fará publicar até **07 de junho de 2016**, no Diário Oficial da Cidade, a lista dos projetos apresentados e analisados.

Parágrafo único: Os projetos publicados serão deliberados na plenária do dia **21 de junho de 2016** e serão incluídos no Banco de Projetos podendo assim concorrer ao recebimento de verbas do FUMCAD.

Art. 11. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado conforme **descrito abaixo no artigo 13.**

Art. 12. Caso seja aprovado, o Plano de Trabalho deverá ser acompanhado de cópia dos documentos necessários à celebração de contrato público, conforme

os referidos na Instrução Normativa TCESP 02/2008.

CAPÍTULO VII - DO CONTEÚDO DOS PROJETOS

Art.13. Os Projetos deverão ser formatados, de acordo com os itens descritos abaixo:

I – Folha de rosto: contendo a identificação da organização, do representante legal, do responsável técnico pelo projeto e do coordenador do projeto.

II – Descrição técnica do projeto, contendo:

1) Identificação do Projeto: nome do projeto, entidade proponente, indicação do eixo prioritário, dados de identificação do representante legal da Organização e do responsável técnico pelo Projeto;

2) Apresentação da Organização (pequeno resumo) com dados e informações relevantes sobre a área de atuação;

3) Apresentação do Projeto: Nome e Justificativa, especificando a pertinência e necessidade do Projeto;

4) Objetivos do Projeto: Geral e Específicos, com base na justificativa, definir os objetivos que se pretende alcançar;

5) Beneficiários: Público a ser abrangido, especificar os beneficiários diretos e indiretos da ação;

6) Abrangência geográfica: Indicar os bairros, distritos administrativos, bem como o local de desenvolvimento das atividades, caracterizando a região de atuação;

7) Metodologia: Descrever o método aplicado e a dinâmica do trabalho;

8) Resultados esperados: Realizações que permitirão a consecução do (s) objetivo (s). Definir os resultados quantitativos e qualitativos;

9) Sistema de monitoramento e avaliação: Apresentar os indicadores quantitativos e qualitativos a partir dos resultados definidos, bem como os meios de verificação a serem utilizados, levando em consideração a análise do território e da política pública local;

10) Recursos Humanos: descrever as funções desempenhadas por todos os profissionais e demais agentes do Projeto, respeitando a legislação vigente;

11) Cronograma de execução do Projeto: Especificar mês a mês, quais ações/ atividades serão desenvolvidas;

12) Contrapartida: Especificar, descrevendo item a item, a contrapartida oferecida pela Entidade proponente;

13) Planilha de Despesas: Apresentar junto com a proposta de Trabalho, planilha justificando as despesas para desenvolvimento do Projeto, por itens, detalhadamente com memória de cálculo anexa, especificando os custos mensais e totais e parâmetros utilizados, conforme abaixo:

a) Planilha detalhada com demonstração de cada item de despesa solicitado para desenvolvimento do Projeto.

b) Planilha detalhada com demonstração dos itens de despesa da Contrapartida da Instituição no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total do Projeto;

c) Composição do Valor Total do Projeto considerando os valores solicitados para a execução do Projeto acrescidos dos valores oferecidos na Planilha de Contrapartida da Instituição;

d) Justificativa das despesas por itens;

e) Cronograma de execução físico financeiro, com a respectiva memória de cálculo de todas as despesas, inclusive da contrapartida, na hipótese de ser financeira.

Parágrafo único: A justificativa das despesas deve apresentar nexo causal com o objeto do projeto.

CAPÍTULO VIII - DA CONTRA PARTIDA

Art. 14. Constitui ainda condição para a análise do projeto, bem como celebração do contrato, a oferta pela organização proponente, de contrapartida, que poderá assumir a forma de transferência de recursos financeiros ou de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis e claramente detalhados no plano de trabalho.

Parágrafo Primeiro. Quando financeira, a contrapartida será depositada na conta bancária específica do contrato, observada sempre a evolução afinada dos valores repassados pelo Município e ofertados pela entidade, de forma que o cronograma de gastos preveja um proporcional desembolso, ao longo da execução do contrato, por ambos os partícipes.

Parágrafo Segundo. Quando atendida por meio de bens e serviços, a razoabilidade do valor correspondente à contrapartida deverá se aferida por meio de pesquisa de preços de mercado, a qual necessariamente instruirá os autos do contrato.

Parágrafo Terceiro. A contrapartida deverá ser de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor total do projeto, regularmente demonstrada no momento do contrato por meio, inclusive, da apresentação de recibos, notas fiscais entre outros.

CAPÍTULO IX - DESPESAS VEDADAS

Art. 15. São vedadas despesas com:

I - Qualquer espécie de remuneração a dirigentes da entidade ou a servidores públicos federais, estaduais ou municipais integrantes da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica e contábil, bem como despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Tributos, serviços de consultoria, assistência técnica, contabilidade e administração, incluindo-se os funcionários responsáveis por estas atividades, mesmo que para exercerem essas funções dentro do objeto do contrato;

III - Pagamento de custos bancários como tarifas, taxa de administração, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

IV – Publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

V – Investimento em aquisição, construção, reforma/manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, salvo quando a instalação for de uso exclusivo da política de atendimento à criança e adolescente, e, no caso de aluguel, por tempo determinado, condicionados à aprovação do Plenário do CMDCA;

VI – Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no projeto;

VII - Administração e manutenção da entidade, tais como: aluguel da sede da entidade, água, luz, telefone e impostos, bem como despesas com serviços de cartório e motoboy da administração da conveniente e do objeto do contrato, ou realização de despesas com ornamentação, cerimonial e coffee-break;

VIII) Vale transporte, vale refeição e auxílio médico para funcionários da administração da entidade que não trabalharem diretamente para a execução do objeto do contrato;

IX) Táxi, combustível e estacionamento para funcionários da administração da entidade e dos participantes das atividades do objeto do contrato, exceto vans, micro ônibus, ônibus e similares utilizados pelas crianças e adolescentes beneficiários do objeto do contrato;

X) Realização de despesas com cartão de débito ou de crédito de pessoa física ou pessoa jurídica;

XI) Remuneração a integrantes do corpo dirigente e técnico da instituição ou Pessoa física ou Jurídica para gerir ou administrar o objeto do contrato;

XII) Despesas maiores de 70% do valor do Projeto sem a Contrapartida com Recursos Humanos, incluindo todos os regimes de contração: CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), RPA (Regime Periódico de Apuração), serviços prestados por terceiros (terceirizados), Pessoa Jurídica, Microempreendedor Individual (MEI), exceto despesas de serviços de terceiros com locação de quaisquer meios de transportes terrestre para o público alvo e que tenham nexo causal com o projeto;

XIII) Despesas maiores de 30% com aquisição de materiais permanentes, bens móveis e veículos de qualquer espécie;

XIV) Aditamento com alteração do objeto;

XV) Oferta, a título de contrapartida, de despesas de custeio da entidade.

Art. 16. O proponente deverá ainda respeitar demais vedações legais, bem como as provenientes de Resoluções do CONANDA e que não estejam discriminadas neste Edital.

CAPÍTULO X - DA COMISSÃO DE ANÁLISE

Art. 17. Todas as propostas serão analisadas pela Comissão de Análise e Avaliação de Projetos, segundo os critérios da Lei nº. 8069/90, das Resoluções CONANDA e CMDCA e deste Edital, submetidas à aprovação do Plenário do CMDCA, sendo que o representante da proponente não poderá analisar o próprio projeto e deverá abster-se do direito de voto.

CAPÍTULO XI - DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

Art. 18. As propostas serão avaliadas pela Comissão em quatro fases distintas:

a) **HABILITAÇÃO:** Nesta fase será julgada a condição de habilitação da proponente para participar da presente seleção pública, em que será considerado, obrigatoriamente, o cumprimento do presente edital;

b) **AValiação:** Nesta fase a Comissão fará análise e avaliação dos projetos apresentados;

c) **SELEÇÃO:** Nesta fase, a Comissão selecionará as propostas que serão incluídas no banco de projetos.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. A celebração de contrato somente se efetivará com aquelas organizações que comprovem dispor de condições para consecução do objeto do plano de trabalho e atendam aos requisitos legais inerentes à celebração de todo e qualquer contrato com a Administração Pública.

Art. 20. Das doações ao FUMCAD, dirigidas ou não dirigidas, serão retidos 15%, sendo que 5% serão repassadas a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, conforme determinação legal e 10% serão para o fortalecimento do CMDCA e/ou financiamento de projetos não contemplados por captação direta.

Art. 21. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Plenário do CMDCA.

Art. 22. O CMDCA publicará a relação dos projetos aprovados na imprensa oficial.

Art. 23. As destinações de recursos do FUMCAD serão deliberadas exclusivamente pelo Plenário, podendo ser consideradas as eventuais sugestões dos contribuintes.

Art. 24. Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade.

RESUMO	
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	13/05/2016
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	13 A 30/05/2016
PUBLICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS E ANALISADAS	07/06/2016
APROVAÇÃO DE PROPOSTAS	21/06/2016

Pindamonhangaba, 10 de maio de 2016.

Ana Maria Rita Gomes
Presidente em exercício do CMDCA – Gestão 2015/2017

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DE PINDAMONHANGABA

=====

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

=====

Ficam os Srs. Conselheiros com assento no Conselho de Administração do Fundo de Previdência Municipal de Pindamonhangaba convocados para a 4ª reunião do respectivo Conselho de Administração, a qual terá lugar na sala de reuniões do Departamento de Finanças, sito à Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 1400, nesta cidade, com início impreterivelmente às 14horas do dia 24 de maio do ano de 2016.

Constitui a pauta da reunião ora convocada a análise e a deliberação das seguintes matérias:

a) Emissão de parecer sobre os balancetes mensais deste exercício do Fundo de Previdência (LC nº. 01/2004, art. 10);

b) Aprovação de plano de aposentadoria e de pensão (LC nº 01/2004, inciso V do art. 17);

c) Outros assuntos diversos.

Pindamonhangaba, 18 de maio de 2016.

Sidervan Luiz Alves - Superintendente do FPMP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

PAT - POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR DE PINDA/MOREIRACESAR

DATA: 17/05/2016

FUNÇÃO

ASSISTENTE DE LOGÍSTICA

AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL

COMPRADOR (com conhecimento em auto peças)

COORDENADOR DE FAST FOOD

GERENTE COMERCIAL JUNIOR

ACESSE O SITE: maisemprego.mtc.gov.br OU COMPARECER AO PAT PARA CADASTRO AV. ALBUQUERQUE LINS, Nº 138 – SÃO BENEDITO – PINDAMONHANGABA-SP OU AV. JOSÉ AUGUSTO MESQUITA, Nº 170 – SUB-PREFEITURA- MOREIRA CÉSAR, MUNIDO DE PIS ATIVO, CARTEIRA DE TRABALHO, RG E CPF.

OBS: LEMBRANDO QUE AS VAGAS PODEM SOFRER ALTERAÇÃO OU ENCERRAMENTO ATÉ O FINAL DO EXPEDIENTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*** EDITAIS ***

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Compras, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO Nº. 131/2016 (PMP 13401/2016)

Para "aquisição de medicamento manipulado (tanchagem tm) para o centro de especialidades odontológicas e fórmula contendo papaína 2% e 5% em gel, bisnaga com 200g", com encerramento dia 14/06/16 às 14h e abertura às 14h30.

Os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br. Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

*** AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO / SERVIÇO ***

PREGÃO Nº. 055/2016 (PMP 7890/2016)

Objeto: aquisição de ferramentas e ferragens a serem utilizados pelos Departamentos de Obras e Viação e Departamento de Serviços Municipais.

Contratada: 7R Comercial Ltda ME

Autorização: 0683/2016 – Valor: R\$ 2.291,24 – Data: 11/05/2016

Contratada: Gama Comércio de Máquinas, Ferragens e Ferramentas Ltda EPP

Autorização: 0684/2016 – Valor: R\$ 3.398,00 – Data: 11/05/2016

Contratada: Santos Gouvêa Comercial Ltda EPP

Autorização: 0685/2016 – Valor: R\$ 323,74 – Data: 11/05/2016

PREGÃO Nº. 087/2016 (PMP 10299/2016)

Objeto: aquisição de materiais hidráulicos para a conclusão da obra do palco do Parque da Cidade, conforme solicitado pelo Departamento de Obras e Viação.

Contratada: F R da Silva Tintas ME

Autorização: 0686/2016 – Valor: R\$ 4.667,60 – Data: 11/05/2016

Contratada: Raul Rabello Neto EPP

Autorização: 0687/2016 – Valor: R\$ 476,00 – Data: 11/05/2016

Contratada: Santos Gouvêa Comercial Ltda EPP

Autorização: 0688/2016 – Valor: R\$ 1.970,32 – Data: 11/05/2016

*** ADITAMENTOS ***

PREGÃO Nº. 057/2015 (PMP 9008/2015)

Foi firmado o aditamento 01/2016, datado de 11/05/2016, ao contrato 093/2015, que cuida de "contratação de empresa especializada em cobertura secundária para seguro de veículos pertencentes à frota da Secretaria de Saúde", para prorrogação até 19/05/2017. Assina pela contratante a Sr Sandra Maria Carneiro Tuthashi, e pela contratada, empresa Mapfre Seguros Gerais S/A, o Sr Paulo Roberto Martins.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR

DETERMINAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

TOR. WILLY SINIGOTTO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE TAUBATÉ

3ª DISTRITO POLICIAL DE PINDAMONHANGABA

EDITAL Nº 001/III/2016

A Dra. Ângela A. Cabral de Aguiar, Delegada de Polícia Titular do 3º Distrito Policial, na forma da lei, etc...

FAZ SABER QUE: nos termos do artigo 27, inciso III, do Decreto nº 44.448, de 24 de novembro de 1999 e Resolução SSP 46, de 21 de dezembro de 1997, que se procederá a Correição Ordinária e Periódica, pelo EXMO SENHOR DOUTOR JOSE ANTONIO DE PAIVA GONCALVES, Delegado de Polícia Seccional de Taubaté-SP, referente ao primeiro semestre do corrente ano, no Terceiro Distrito Policial desta cidade no dia 31/05/2016 às 10:00 horas

Para o qual ficam convocados desde já Autoridades, funcionários e ao povo em geral, a prestação de reclamações, sugestões e queixas.

Proceda-se a Transcrição para a divulgação nos respectivos órgãos de imprensa.

RÉGISTRA-SE E CUMPRÁ-SE.

Pindamonhangaba, 09 de Maio de 2016

Ângela A Cabral de Aguiar
Delegada de Polícia

Avenida Rio de Janeiro nº 475, Cidade Nova – Pindamonhangaba/SP – Fone: (012) 3642-1133

C.R.I.A

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, DA COMARCA DE PINDAMONHANGABA, ESTADO DE SÃO PAULO

Pindamonhangaba - SP

EDITAL PARA CHAMAMENTO DE CONFRONTANTE EM PROCESSO DE RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS DO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA Nº 58.617

OVIDIO PEDROSA JUNIOR, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER aos confrontantes e a todos os possíveis interessados, JOSÉ ALVES DOS SANTOS e ROSA MENDES BITTENCOURT, que Juvenal Fernando Abreu de Andrade, portador do RG nº 5.976.846-SSP/SP, e s/m Edna Moniz do Nascimento Andrade, portadora do RG nº 12.559.260-SSP/SP, APRESENTARAM, nesta Serventia, os documentos necessários e exigidos pelo § 1º, do inciso II, do artigo 213, da Lei nº 6.015/1973, c/c item 138 e seguintes do Capítulo XX, das NSCGJ, para a averbação de RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS do imóvel objeto da matrícula nº 58.617. O imóvel retificando situa-se na Rua José Giorgio, esquina com a Rua Dr. Laerte Machado Guimarães, cadastrado sob nº SE-11-09-04-001-00. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal, por dois (02) dias, podendo a pretensão ser impugnada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Avenida Albuquerque Lins nº 518, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação.

Pindamonhangaba, 25 de abril de 2016.

Ovidio Pedrosa Junior
Oficial Registrador

Avenida Albuquerque Lins, 518 - São Benedito - CEP 12410-030 - Pindamonhangaba - SP
Telefone: (12) 3642-1416 - e-mail: cria.pinda@gmail.com

LICENÇA DA CETESB

A LUMEN QUÍMICA LTDA.- FILIAL, torna público que requereu da CETESB a Licença de Operação Renovação, para a Fabricação de Produtos Químicos não Especificados ou não Classificados, sito à Rua Hum nº 350, Distrito Industrial Roseira/SP